

Acordo de emergência barateia coleta de lixo



Lixão da Estrutural: desativação pode demorar até dois anos, para que se negocie com as empresas interessadas em explorar o gás que se acumula por toda a área

Rosane Garcia

O governo assinou, na terça-feira, contrato emergencial de 180 dias, no valor de R\$ 83 milhões, com seis empresas para a coleta e gestão das quase 230 mil toneladas de lixo produzidas por mês no Distrito Federal. O acordo reduz em pelo menos R\$ 3 milhões o custo do anterior e oferecerá mais serviços à população. No dia 5 de junho, serão divulgados três editais para contratação definitiva das empresas que irão fazer o serviço de limpeza urbana, coleta de lixo domiciliar, gestão de resíduos hospitalares e operar o lixão da Vila Estrutural.

A intenção é dividir o Distrito Federal em duas ou, no máximo, três regiões, e criar um modelo exemplar para o restante do país. Até o final da licitação, o governo deverá anunciar também o plano diretor de resíduos sólidos, que orientará as atividades das empresas contratadas.

Em regime de emergência, a limpeza da capital federal estará entregue às empresas Qualix, Artec, Nely Transportes, Delta Construções. Embora gastando menos, foram contratadas mais duas empresas, a Caenge e Serquip. A Caenge vai cuidar do aterro Vila Estrutural e a Serquip fará a coleta, transporte e tratamento dos resíduos dos serviços de saúde.

— Passaremos a operar com um novo diagnóstico que revelou a necessidade de aumentar alguns serviços para a população — explica Fátima C6, diretora do Serviço de Limpeza Urbana (SLU).

Embora o contrato seja por seis meses, Fátima diz que poderá ser rescindido a qualquer tempo, tão logo sejam escolhidas as novas empresas por meio de licitação para prestação regular dos serviços por cinco anos.

Haverá mudanças também na coleta do lixo hospitalar, que hoje chega a 550 toneladas por mês. Deste total, apenas 250 toneladas são produzidas pelos estabelecimentos da rede pública. A maior parte é da iniciativa privada, que não paga pela coleta e tratamento dos resíduos. Essa relação será alterada.

De acordo com a diretora do SLU, a empresa contratada, Serquip, fará a transição do atual para o futuro sistema, que prevê a destinação de uma área para instalação de um novo incinerador e autoclave para o tratamento ade-

quado do lixo hospitalar. Fátima C6 admite que os hospitais privados poderiam pagar para o GDF fazer a gestão do lixo que produzem. Porém, o atual incinerador, em Ceilândia, está obsoleto e fora de qualquer padrão. Além de poluir, o equipamento não é de fluxo contínuo.

— O incinerador que temos não pode ser desligado e, quando isso ocorre, precisa de quatro dias para atingir a temperatura ideal — diz a diretora do SLU.

A coleta do lixo hospitalar também ocorrerá por outro processo. Diferentemente de hoje, em que os contêineres são deixados nas vias públicas, o lixo será acondicionado em caixas com códigos, o que evitará o manuseio direto pelos operários e, assim, risco de contaminação.

Segundo a diretora, o futuro aterro sanitário ocupará uma área próxima à Estação de Tratamento de Esgoto Melchior, em Samambaia, e será de alto nível tecnológico. O GDF já obteve dos órgãos ambientais a licença prévia e restam as de instalação e de operação para o novo aterro. Até que todo o

Até o final da licitação, GDF deve anunciar também o plano diretor de resíduos sólidos

processo seja concluído, o lixão da Estrutural continuará recebendo o rejeitos urbanos.

A diretora do SLU espera, em um ano, ou no máximo dois, desativar o lixão da Estrutural. Essa demora se explica pelo interesse manifestado por várias empresas em explorar o gás ali acumulado. A construção do novo aterro, que poderá render crédito de carbono ao DF, não implicará imediata desativação do lixão da Estrutural.

— Vamos, por meio de critérios objetivos, fazer uma pré-seleção dos grupos interessados no gás. Os que forem escolhidos deverão elaborar um projeto de gerenciamento do aterro sanitário. Os projetos serão avaliados e um deles será escolhido. Isso deve demorar um ano — diz Fátima C6, ao antecipar que haverá um novo edital de licitação para concessão do aterro.



“Será possível estabelecer uma política totalmente diferente para administrar o lixo

produzido na cidade”.

Fátima C6, diretora do SLU

■ Ecopontos recolherão material reciclável

O Serviço de Limpeza Urbana ficará responsável implantação da coleta seletiva, uma antiga reivindicação dos moradores da capital. O sistema ainda não tem data para começar. Mas, mas de acordo com Fátima C6, serão criados 15 centros de triagem que ajudarão na organização dos catadores. A intenção é retirar esses trabalhadores do lixão e também das ruas e induzi-los a formar cooperativas.

O plano de gerenciamento instalará ecopontos — entre 70 e 100 em todo o DF — para receber material reciclável. Esse mapeamento ainda está sendo elaborado pelo SLU. Latas, garrafas pet, vidros, papel e papelão poderão ser deixados pela comunidade nesses ecopontos. Caso contrário, o material poderá ser recolhido pelo SLU.

Além disso, será criado também um centro de processamento e capacitação, em que professores e alunos farão a recuperação de móveis e outros aparelhos jogados fora. No caso desses materiais de maior porte, a pessoa poderá ligar para SLU e pedir que sejam recolhidos.

— A intenção é reutilizar esses materiais descartados como matéria-prima para os estudantes e fazê-los retornar à comuni-

dade carente em forma de fazer — explica Fátima C6.

Conforme avaliação do SLU, a maioria do lixo produzido na capital é proveniente da construção civil. Das 230 mil toneladas mensais, 50 mil toneladas correspondem a resíduos domésticos, 180 mil dos canteiros de obras e cerca de 500 toneladas do setor da saúde.

Dar uma destinação adequada ao lixo la construção é outro desafio que deverá ser superado com o futuro plano de gerenciamento. Fátima C6 diz que será contratada uma consultoria para orientar sobre a solução mais adequada. A princípio, a intenção é repassar à iniciativa privada a construção de uma usina de reciclagem do entulho de obras.

— Como não encontramos nada quando assumimos o SLU, será possível estabelecer uma política totalmente diferente para administrar o lixo produzido na cidade — diz a diretora.

Ela garante que os contêineres dos restaurantes também serão retirados das ruas. Na fase de contratação definitiva das empresas, os atuais caminhões de coleta de lixo deverão ser substituídos por veículos mais modernos, que terão um pequeno elevador para pegar os con-

têineres de menor porte.

Os restaurantes terão que se adaptar à nova regra. Ou seja, serão obrigados a ter depósitos menores, compatíveis com os novos caminhões, para que possam acondicionar e descartar os rejeitos.

Junto com essas mudanças, o SLU já trabalha com a possibilidade de instalação de uma usina para reciclagem de óleo de cozinha que, jogado no ambiente, provoca graves danos, como poluição de córregos e rios, além de impermeabilização do solo. Em parceria com a Coca-Cola, poderá ser implantada uma usina de biodiesel, cuja matéria-prima seria recolhida por uma associação de catadores.

O horário de recolhimento do lixo domiciliar e comercial será monitorado por meio de GPS. Os novos caminhões terão um chip que permitirá esse controle por uma central que será implantada.

A diretora do SLU adianta ainda que pretende implantar uma usina de compostagem para podas de árvores. E não é à toa. A relação de área verde por habitante no Distrito Federal é estimada em 120 metros quadrados por indivíduo ou cerca de quatro vezes a mais do que o recomendado pela Organização Mundial de Saúde.